



JUCESP PROTOCOLO
2.807.677/23-0



3A MINING S.A.

CNPJ/MF nº 14.482.711/0001-54

NIRE nº 35.300.414.365

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: Em 24 de outubro de 2023 às 10:00 horas, na sede social da 3A MINING S.A. ("Companhia"), situada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Pais de Araújo, 29, 9º andar, Conj. 93, Sala 04, CEP 04531-940.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Sr. Alexandre de Mendonça Wald - Presidente; e Sr. Arnaldo Wald Filho - Secretário.

ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária: Deliberar sobre: **(i.)** Tomar as contas dos Diretores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 da Companhia, bem como o relatório da auditoria externa; e **(ii.)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se existentes. Em Assembleia Geral Extraordinária: Deliberar sobre: **(iii.)** Alteração do endereço da sede da Companhia; **(iv.)** Encerramento da filial da Companhia; **(v.)** Alteração do artigo 3º (Objeto Social) e do artigo 9º (Poderes da Diretoria) do Estatuto Social; **(vi.)** Aprovar o aumento do capital da Companhia no valor de R\$46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais), mediante a emissão de 46.000.000 (quarenta e seis milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; **(vii.)** Aprovar a capitalização dos créditos detidos pelos acionistas em face da Companhia em virtude da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs; **(viii.)** Alterar a redação do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir a deliberação acima; e **(ix.)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia de acordo com as modificações implementadas em razão das deliberações a serem tomadas (Anexo I).

LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA: Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, uma vez que são do inteiro conhecimento dos presentes e autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76.

DELIBERAÇÕES: Após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia, representando a totalidade do capital social, deliberaram, por unanimidade e, sem quaisquer restrições:

Este documento foi assinado digitalmente por Arnaldo Wald Filho e Alexandre De Mendonca Wald. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código 3945-E8EE-EBCB-3531.

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i.) Aprovaram todas as contas apresentadas pelos Diretores e o Parecer da empresa de auditoria externa, Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda., relativos até o término do exercício fiscal de 2022, conforme documentos anexos à presente Ata (Anexo II); e
- (ii.) Deixaram de se manifestar quanto à destinação a ser dada ao lucro auferido, uma vez que a Companhia não apurou lucros durante o período abrangido pelas contas apresentadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (iii.) Aprovaram a alteração da sede da Companhia, que passa a situar-se na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, n.º 105, 22º Andar - Conjunto n.º 221 - Sala 01, Bairro: Cidade Monções - CEP: 04571-900. Em decorrência dessa alteração, a cláusula 2ª do Estatuto Social, passa a vigor com a seguinte redação:

“Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, n.º 105, 22º Andar - Conjunto n.º 221 - Sala 01, Bairro: Cidade Monções - CEP: 04571-900, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria.”

- (iv.) Aprovaram o encerramento das atividades do estabelecimento filial da Companhia, inscrita no CNPJ/MF n.º 14.482.711/0003-16 e NIRE 54920064323, na Cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, na Avenida General Rondon, n.º 1.590, Centro - CEP 79330-020. Em decorrência dessa alteração, o Parágrafo Único da cláusula 2ª do Estatuto Social, passa a vigor com a seguinte redação:

“Parágrafo Único: A sociedade possui a seguinte filial:

Filial na Cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, na Área Rural – Rodovia BR 262 KM 18 – CEP 79.349-899, inscrita no CNPJ/MF n.º 14.482.711/0002-35 e NIRE 54.920.057.688, cujo objeto social é a pesquisa, lavra, exploração e o aproveitamento das jazidas minerais no território nacional. O endereço de correspondência da filial é na Caixa Postal n.º 88 da agência AC Corumbá 22300155, situada na Rua Delamare, 708 – CEP 79301-970.”

- (v.) Aprovaram a alteração do Artigo 3º (Objeto Social) do Estatuto Social, para incluir: Parágrafo Único - O desenvolvimento das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia, leva em consideração os seguintes fatores: Os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; e os efeitos econômicos, sociais, ambientais, e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Companhia em relação aos empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da Companhia, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente, passando o Art. 3º a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social:

(i) a pesquisa, lavra, comercialização, exploração e o aproveitamento das jazidas minerais no território nacional; e

(ii) constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos objetos sociais sejam, direta ou indiretamente e, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

Parágrafo Único – O desenvolvimento das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia, leva em consideração os seguintes fatores: (i.) os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; e (ii.) os efeitos econômicos, sociais, ambientais, e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Companhia em relação aos empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da Companhia, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente.”

Ainda, aprovaram a alteração do Artigo 9º (Poderes da Diretoria) do Estatuto Social, para incluir: Parágrafo Único - No desempenho de suas funções, os Diretores deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas, e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes fatores relacionados à Companhia: (i.) os acionistas; (ii.) os empregados ativos; (iii.) os fornecedores, consumidores e demais credores; e (iv.) a comunidade e o meio ambiente local e global, passando o Art. 9º a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 9º - Caberá aos Diretores ou ao(s) procurador(es) por eles nomeado(s), a prática dos atos necessários ou convenientes a administração da Sociedade, dispondo, para tanto, de todos os poderes necessários para (a) a representação da Sociedade em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais; (b) a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais; e (c) a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade.

Parágrafo Único – No desempenho de suas funções, os Diretores deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas, e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes fatores relacionados à Companhia: (i.) os acionistas; (ii.) os empregados ativos; (iii.) os fornecedores, consumidores e demais credores; e (iv.) a comunidade e o meio ambiente local e global.”

(vi.) Constatada a integralização total do capital social, os acionistas resolvem aumentá-lo em R\$46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais), mediante a emissão de 46.000.000 (quarenta e seis milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Alexandre de Mendonça Wald e Arnaldo Wald Filho, na forma

estabelecida nos Boletins de Subscrição anexos à presente Ata (Anexo III e Anexo IV), em conformidade com o disposto no art. 170 da LSA.

Em vista do aumento do capital social ora aprovado, este passa de R\$49.931.446,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e trinta e um mil e quatrocentos e quarenta e seis reais), dividido em 49.931.446 (quarenta e nove milhões, novecentas e trinta e uma mil e quatrocentas e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$95.931.446,00 (noventa e cinco milhões, novecentos e trinta e um mil e quatrocentos e quarenta e seis reais), com a emissão de 95.931.446 (noventa e cinco milhões, novecentas e trinta e uma mil e quatrocentas e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

(vii.) Fica aprovada a capitalização dos créditos detidos pelos acionistas Alexandre de Mendonça Wald e Arnaldo Wald Filho em face da Companhia, decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs por eles realizados, para fins de integralização total das ações subscritas nesta data, conforme abaixo especificado, e nos respectivos Boletins de Subscrição anexos à presente Ata (Anexos III e IV).

O acionista Alexandre de Mendonça Wald, utiliza o crédito que detém em face da Companhia, no valor total de R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), para a integralização de 23.000.000 (vinte e três milhões) de ações, nominativas e sem valor nominal por ele subscritas.

O acionista Arnaldo Wald Filho, utiliza o crédito que detém em face da Companhia, no valor total de R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), para a integralização de 23.000.000 (vinte e três milhões) de ações, nominativas e sem valor nominal por ele subscritas.

(viii.) Em decorrência das deliberações acima, resolvem os acionistas alterar a redação do Artigo 5º, que passa, a vigorar conforme abaixo:

“Artigo 5º

O capital social é de R\$95.931.446,00 (noventa e cinco milhões, novecentos e trinta e um mil e quatrocentos e quarenta e seis reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 95.931.446 (noventa e cinco milhões, novecentas e trinta e uma mil e quatrocentas e quarenta e seis) ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”

(ix.) Aprovaram a consolidação do Estatuto Social da Companhia na forma do Anexo I à presente Ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida, aprovada e assinada pelo Presidente da Mesa, pelo Secretário e pelos acionistas presentes.

Certifico que a ata é cópia fiel lavrada em livro próprio.

[Página exclusiva de assinaturas da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em
24 de outubro de 2023 da Companhia 3A Mining S.A.]

Mesa:

Alexandre de Mendonça Wald
Presidente da Mesa

Arnoldo Wald Filho
Secretário

Acionistas:

Alexandre de Mendonça Wald

Arnoldo Wald Filho



Este documento foi assinado digitalmente por Arnoldo Wald Filho e Alexandre De Mendonca Wald.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://fzsign.com.br> e utilize o código 3945-E8EE-EBCB-3531.

Este documento foi assinado digitalmente por Arnoldo Wald Filho e Alexandre De Mendonca Wald.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://fzsign.com.br> e utilize o código 3945-E8EE-EBCB-3531.

ANEXO I
CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

3A MINING S.A.

CNPJ/MF nº 14.482.711/0001-54

NIRE nº 35.300.414.365

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º- A Sociedade denomina-se “3A MINING S.A.”, constituindo-se em uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º- A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, n.º 105, 22º Andar- Conjunto n.º 221- Sala 01, Bairro: Cidade Monções - CEP: 04571-900, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria.

Parágrafo Único: A sociedade possui a seguinte filial:

Filial na Cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, na Área Rural – Rodovia BR 262 KM 18 – CEP 79.349-899, inscrita no CNPJ/MF nº 14.482.711/0002-35 e NIRE 54.920.057.688, cujo objeto social é a pesquisa, lavra, exploração e o aproveitamento das jazidas minerais no território nacional. O endereço de correspondência da filial é na Caixa Postal n.º 88 da agência AC Corumbá 22300155, situada na Rua Delamare, 708 – CEP 79301-970.

Artigo 3º- A Companhia tem por objeto social:

- (i.) a pesquisa, lavra, comercialização, exploração e o aproveitamento das jazidas minerais no território nacional; e
- (ii.) constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos objetos sociais sejam, direta ou indiretamente e, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

Parágrafo Único: O desenvolvimento das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia, leva em consideração os seguintes fatores: (i.) os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; e (ii.) os efeitos econômicos, sociais, ambientais, e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Companhia em relação aos empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da Companhia, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º- O capital social é de R\$95.931.446,00 (noventa e cinco milhões, novecentos e trinta e um mil e quatrocentos e quarenta e seis reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 95.931.446 (noventa e cinco milhões, novecentas e trinta e uma mil e quatrocentas e quarenta e seis) ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro: Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo: Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

Parágrafo Terceiro: As ações representativas do capital social revestirão sempre a forma nominativa e ao menos 51% (cinquenta e um por cento) de tais ações devessem pertencer sempre a brasileiros.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 6º- A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Primeiro: A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou Diretor eleito no ato, que convidara, dentre os Diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos.

Parágrafo Segundo: As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em Lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, não computando-se os votos em branco.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º- A administração da Sociedade será exercida por uma Diretoria composta por 2 (dois) membros, ambos sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Vencido o

mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Primeiro: Os Diretores ficam dispensados de prestar caução.

Parágrafo Segundo: A investidura dos Diretores nos cargos far-se-á pôr termo lavrado no livro próprio.

Parágrafo Terceiro: As deliberações da Diretoria serão tomadas por unanimidade de votos.

Parágrafo Quarto: A administração da Sociedade caberá sempre a maioria de brasileiros.

Parágrafo Quinto: O quadro de pessoal será sempre constituído de, pelo menos, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

Artigo 8º- No caso de impedimento ocasional de um Diretor, suas funções serão exercidas pelo outro Diretor.

Artigo 9º- Caberá aos Diretores ou ao(s) procurador(es) por eles nomeado(s), a prática dos atos necessários ou convenientes a administração da Sociedade, dispondo, para tanto, de todos os poderes necessários para **(a)** a representação da Sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais; **(b)** a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais; e **(c)** a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade.

Parágrafo Único: No desempenho de suas funções, os Diretores deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas, e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à Companhia: **(i.)** os acionistas; **(ii.)** os empregados ativos; **(iii.)** os fornecedores, consumidores e demais credores; e **(iv.)** a comunidade e o meio ambiente local e global.

Artigo 10º- Qualquer documento que obrigue a Companhia ou que isente quaisquer terceiros de responsabilidades perante a Companhia, deverão ser assinados **(a)** por qualquer Diretor agindo isoladamente; ou **(b)** por 2 (dois) procuradores agindo em conjunto, de acordo com os limites estabelecidos nas suas procurações.

Parágrafo Único: As procurações deverão ser outorgadas por qualquer Diretor agindo isoladamente e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade determinado.

Artigo 11º- São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação a Companhia, os atos praticados por seus Diretores ou quaisquer dos seus procuradores, empregados ou funcionários,

que a envolverem em quaisquer obrigações ou responsabilidades relativas a negócios e/ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

Artigo 12º- A Assembleia Geral de Acionistas fixara o limite de remuneração global anual e individual para os Diretores.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 13º- A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único: Os membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

CAPÍTULO VI DISPOSICOES GERAIS

Artigo 14º- O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei.

Artigo 15º- Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei.

Artigo 16º- Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores.

Artigo 17º- A distribuição de lucros da Companhia deverá ocorrer sempre de forma proporcional a participação societária de cada acionista na Sociedade, que distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Único: A Companhia distribuirá dividendos, em relação a lucros apurados no último exercício social findo ou em exercícios anteriores, tendo como política a distribuição da totalidade do lucro apurado, remanescendo na Sociedade apenas a parcela do lucro destinada a reservas específicas, se houver, e a quantia necessária à manutenção dos seus ativos e despesas correntes.

Artigo 18º- A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinara a forma de sua liquidação, elegera o(s) liquidante(s) e fixara a sua remuneração.

Artigo 19º- Nenhum dos acionistas poder, direta ou indiretamente, ceder, transferir ou de qualquer forma alienar ou prometer alienar qualquer de suas ações a terceiros, à exceção de a empresas por eles controladas e/ou a seus herdeiros e sucessores a qualquer título, sem que previamente seja dada preferência, em igualdade de condições, aos demais acionistas, para aquisição da totalidade das ações oferecidas, proporcionalmente às suas participações no capital social, os quais deverão se manifestar no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data do recebimento da comunicação escrita enviada pelo acionista ofertante sobre suas intenções de exercer seus direitos de preferência, inclusive em relação a eventuais sobras.

Artigo 20º- Todas as controvérsias decorrentes do presente Estatuto Social serão resolvidas, em definitivo, por arbitragem, a ser processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá ("Regulamento") e administrada pela referida instituição.

Parágrafo Primeiro: A arbitragem será conduzida por três árbitros, nomeados na conformidade do Regulamento, sendo que o Presidente do Tribunal Arbitral será escolhido pelos dois co-árbitros, após ouvidas as partes, que poderão recusá-lo, tudo no prazo de quinze dias, contados da indicação ou confirmação, pela aludida instituição, dos co-árbitros. Havendo pluralidade de Demandantes e/ou de Demandados, todas as Partes que compuserem o mesmo polo do procedimento arbitral indicarão, em conjunto, um co-árbitro. Na ausência de consenso entre as Partes pertencentes a um mesmo polo quanto ao co-árbitro a ser por elas indicado, este será indicado pelo Presidente do Centro. Neste caso, a falta de consenso de um dos polos não afetará a indicação do co-árbitro feita pela(s) Parte(s) pertencente(s) ao polo adverso, que permanecerá válida e eficaz, nem a indicação do Presidente do Tribunal Arbitral pelos co-árbitros assim indicados.

Parágrafo Segundo: A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e o idioma da arbitragem será o português. A lei aplicável ao mérito da arbitragem será a lei brasileira, sendo vedado o julgamento por equidade.

Parágrafo Terceiro: Qualquer sentença arbitral, parcial ou final, será definitiva, eficaz e vinculará as partes. O Tribunal Arbitral deverá, na sentença, fixar o valor total dos encargos relativos a arbitragem, inclusive taxas, encargos, despesas e honorários dos árbitros, peritos, advogados e assistentes técnicos, bem como decidir qual das Partes arcará com o seu pagamento, ou em que proporção serão repartidos entre as Partes.

Parágrafo Quarto: Antes da constituição do tribunal arbitral, as Partes poderão requerer diretamente ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, o que não afetará a existência,

validade e eficácia da presente convenção de arbitragem. Tais medidas só prevalecerão até a instauração da arbitragem quando o tribunal arbitral poderá mantê-las, modificá-las ou extingui-las.

Parágrafo Quinto: As Partes concordam que a arbitragem deverá ser confidencial e seus elementos (incluindo-se, sem limitação, as alegações das Partes, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral) somente serão revelados ao Tribunal Arbitral, às Partes, aos seus advogados e a qualquer pessoa necessária ao desenvolvimento da arbitragem, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento das obrigações impostas por lei ou por qualquer autoridade reguladora ou judiciária.

Parágrafo Sexto: Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo – SP exclusivamente para: (i.) os casos em que for necessário o apoio do Poder Judiciário para o bom andamento da arbitragem; (ii.) O ajuizamento da ação para decretação de nulidade da sentença arbitral prevista no art. 33, caput, da Lei 9.307/96; e (iii.) a execução judicial da sentença arbitral.

Parágrafo Sétimo: Os acionistas, a Companhia, seus órgãos e administradores, nomeados na forma da lei e deste Estatuto Social, estão expressamente vinculados pela presente cláusula compromissória.



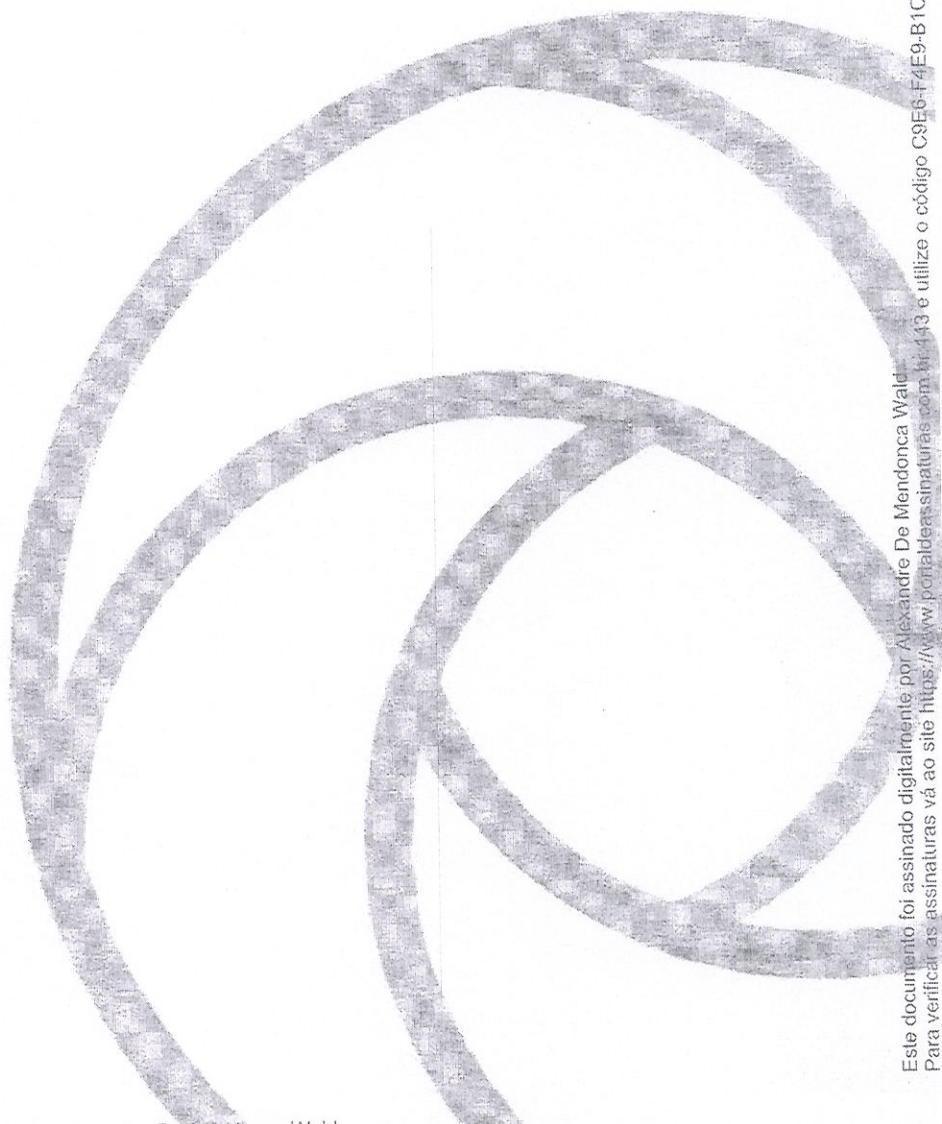
Grant Thornton

3A 2022

3A Mining S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021





Grant Thornton

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Quotistas da
3A Mining S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da 3A Mining S.A. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Empresa. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indicam que, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa estava em fase pré-operacional, investindo no desenvolvimento de jazidas, e, portanto, incorrendo em prejuízos sucessivos e dependendo de aportes financeiros de seus acionistas para manutenção dos negócios. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre De Mendonça Wald.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C9E6-F4E9-B1CA-7EC5.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós, cujo relatório, datado de 04 de agosto de 2022, foi emitido com ressalva relativa a gastos com honorários advocatícios, os quais foram incorretamente capitalizados na rubrica Investimentos em Estudos Minerários, no ativo intangível (ativo não circulante), no montante de R\$ 450.000, no ano de 2018, sendo baixado no transcorrer do exercício de 2021 contra lucros acumulados (patrimônio líquido) sem a devida reapresentação dos saldos dos exercícios anteriores. A ressalva não possui efeitos para as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



Grant Thornton

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de agosto de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Ricardo Akira Matsunaga
Contador CRC 1SP-296.382/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre De Mendonca Wald.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C9E6-F4E9-B1CA-7EC5.

WALD
31/12

3A Mining S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.790.245	667.309
Estoques	5	935.257	-
Tributos a recuperar	6	2.639.038	11.382
Adiantamentos a fornecedores	-	244.086	487.004
Despesas antecipadas	-	264.002	-
Total do ativo circulante		8.872.628	1.165.695
Ativo não circulante			
Despesas antecipadas - longo prazo	-	20.648	-
Tributos a recuperar	6	853.482	34.017
Imobilizado	7	38.956.093	8.233.033
Intangível	8	2.112.222	1.671.676
Total do ativo não circulante		41.942.445	9.938.726
Total do ativo		50.815.073	11.104.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre De Mendonca Wald.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C9E6-F4E9-B1CA-7EC5.

WALD
B112

3A Mining S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Fornecedores	11	6.687.885	281.297
Salários e obrigações trabalhistas	12	725.652	51.452
Tributos a recolher	13	201.518	73.570
Passivos de arrendamento	10.b	227.497	168.770
Total do passivo circulante		<u>7.842.552</u>	<u>575.089</u>
Passivo não circulante			
Passivos de arrendamento	10.b	503.573	328.259
Total dos passivos não circulantes		<u>503.573</u>	<u>328.259</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	49.931.446	4.038.328
AFAC	14.4	15.500.000	9.491.317
Prejuízos acumulados	-	(22.962.498)	(3.328.572)
Total do patrimônio líquido		<u>42.468.948</u>	<u>10.201.073</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>50.815.073</u>	<u>11.104.421</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre De Mendonca Wald.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C9E6-F4E9-B1CA-7EC5.

WALD
B 1 2

3A Mining S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receitas e despesas operacionais			
Despesas administrativas	15	(19.122.874)	(1.583.924)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(502.496)	(96.142)
Prejuízo operacional		(19.625.370)	(1.680.066)
Receitas (despesas) financeiras	14	(8.556)	(19.564)
Resultado financeiro		(8.556)	(19.564)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(19.633.926)	(1.699.630)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(820)
Prejuízo líquido do exercício		(19.633.926)	(1.700.450)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre De Mendonca Wald.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C9E6-F4E9-B1CA-7EC5.

3A
2022

3A Mining S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo líquido do exercício	(19.633.926)	(1.700.450)
Ajustes de anos anteriores	-	(450.000)
Resultado abrangente do exercício	<u>(19.633.926)</u>	<u>(2.150.450)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

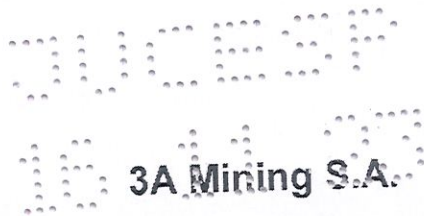
Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre De Mendonca Wald.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C9E6-F4E9-B1CA-7EC5.

3A Mining S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	(Em reais)			
	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.678.328	110.000	(1.178.122)	2.610.206
Prejuízo do exercício	-	-	(1.700.450)	(1.700.450)
Adiantamento para Aumento Futuro de Capital (AFAC)	-	3.741.317	-	3.741.317
Aumento de capital	360.000	(360.000)	-	-
Ajuste de anos anteriores	-	-	(450.000)	(450.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.038.328	9.491.317	(3.328.572)	10.201.073
Prejuízo do exercício	-	-	(19.633.926)	(19.633.926)
Adiantamento para Aumento Futuro de Capital (AFAC)	-	51.901.801	-	51.901.801
Aumento de capital	45.893.118	(45.893.118)	-	-
Ajuste de anos anteriores	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.931.446	15.500.000	(22.962.498)	42.468.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício	-	(19.633.926)	(1.700.450)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalente de caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	7 e 8	568.725	46.978
Despesa financeira - ajuste a valor presente	10.b	110.235	21.129
Baixa de Imobilizado		75.581	
		(18.879.385)	(1.632.343)
(Acréscimo) decréscimo de ativos e passivos:			
Adiantamentos a fornecedores	-	242.918	(480.404)
Outros créditos	-	-	1.162
Estoques	5	(935.257)	-
Impostos a recuperar	6	(3.447.121)	(45.399)
Despesas antecipadas	-	(284.650)	-
Fornecedores e outras obrigações	9	6.406.588	275.662
Salários e obrigações trabalhistas	10	674.200	51.452
Tributos a recolher	11	127.948	73.556
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(16.094.759)	(1.756.314)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado/intangível	-	(31.368.688)	(7.349.207)
Venda de intangível	-	2.382	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(31.366.306)	(7.349.207)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital - AFAC	-	51.901.801	9.741.317
Pagamento de passivo de arrendamento	10.b	(317.800)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		51.584.001	9.741.317
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		4.122.936	635.796
No início do exercício	4	667.309	31.513
No final do exercício	4	4.790.245	667.309
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		4.122.936	635.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A 3A Mining S.A. ("Empresa") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede Rua Pais de Araújo 29, 9º andar, conj. 93, sala 4, Bairro Itaim Bibi, CEP 04531-940, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A empresa possui duas filiais na cidade de Corumbá – MS, na Área Rural – Rod. BR 262, KM 18, SN, e, Avenida General Rondon nº 1.590 (escritório administrativo) cujo objeto social é a pesquisa, lavra, exploração e o aproveitamento das jazidas minerais no território nacional.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2022, a empresa estava em fase pré-operacional, investindo no desenvolvimento de jazidas, e, portanto, incorrendo em prejuízos sucessivos e dependendo de aportes financeiros de seus acionistas para a manutenção dos negócios.

A 3A é uma empresa de mineração cujo produto – minério de ferro – é um dos melhores do mundo, por sua qualidade química e física. Suas reservas têm aproximadamente 500 milhões de toneladas e estão localizadas no Município de Corumbá, Mato Grosso do Sul. A capacidade instalada permite a produção de 1,5 milhões de toneladas por ano de minério premium e já há uma expansão em curso para dobrar a produção em 2023, atingindo 3 milhões de toneladas por ano.

1.1. Impactos da Covid sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Empresa tem analisado e tomado ações para preservar a integridade de pessoas e ativos, bem como manter a continuidade dos seus negócios. Entre as ações em andamento, atendendo às determinações das autoridades competentes, foram adotadas todas as recomendações sanitárias para o uso de equipamentos de proteção individual aos colaboradores localizados nas minas em desenvolvimento, bem como nos escritórios administrativos.

Por estar em um estágio pré-operacional, os resultados da Empresa não foram impactados pela pandemia. Entretanto, a Administração monitora continuamente a evolução da Covid-19 e seus potenciais impactos para os negócios.



2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 5** – Análise de risco para determinar a provisão para perdas esperadas;
- **Nota Explicativa nº 8** – Vida útil do ativo imobilizado e respectiva recuperabilidade nas operações;
- **Nota Explicativa nº 9** – Provisão para demandas judiciais e administrativas;
- **Nota Explicativa nº 10** – Prazo e taxa dos ativos e passivos registrados como arrendamento mercantil; e
- **Nota Explicativa nº 20** – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3. Políticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis da Empresa.

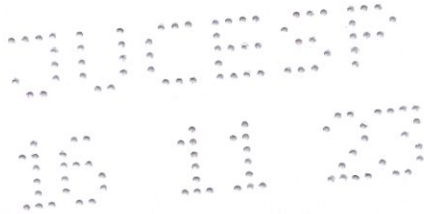
3.1. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

3.1.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

3.1.2. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e as taxas vigentes nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.



3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras, com liquidez diária, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. Como a Empresa encontra-se em estágio pré-operacional, todavia não possui montantes relativos a Contas a receber de clientes registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e não efetuada uma avaliação para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, dada essa condição.

3.4. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. As importações em andamento estão demonstradas ao custo acumulado de cada importação. No ano de 2022, o estoque foi composto basicamente de peças e materiais para consumo na mina.

3.5. Tributação

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

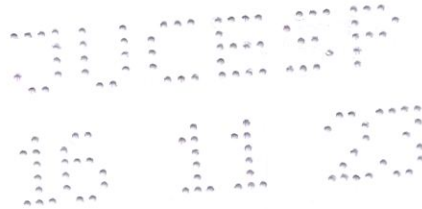
As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Empresa opera e gera receita tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.



3.6. Imobilizado

Os valores do imobilizado são apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

No ano de 2022, a Empresa utilizou créditos de PIS, Cofins e ICMS sobre Ativo Imobilizado de alguns bens lançados nas rubricas "benfeitoria, instalação e iluminação", "móveis e utensílios", "computadores e periféricos", "máquinas e equipamentos", "ferramentas e utensílios", "construções em andamento".

Os projetos alocados na rubrica "construções em andamento", que foram concluídos no ano de 2022, foram capitalizados no mês de sua conclusão, em dezembro de 2022.

Juros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção e ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros e em que data estejam prontos para determinarem suas funções de acordo com a forma pretendida pela Empresa.

Custos de desenvolvimento de novas jazidas de minério

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação, são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

Gastos com exploração

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados.

Gastos de remoção de estéril

Os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Custos de estéril

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Neste caso, os custos são capitalizados e classificados no ativo não circulante e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

3.7. Impairment

A Empresa avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.9. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

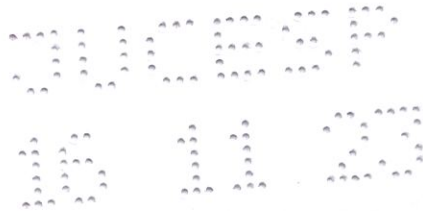
Provisões são constituídas, para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos.

Devido sua constituição recente e por estar em um estágio pré-operacional, a Empresa não possui litígios a serem divulgados ou registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Provisões para desativação de ativos

A Empresa constitui provisão para os custos de recuperação, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

As despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Empresa e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.



As obrigações com desativação de ativos *Asset Retirement Obligation (ARO)* consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

A Empresa, todavia, não efetuou o cálculo por ainda estar em uma fase pré-operacional.

3.10. Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração

i) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros da Empresa e suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e outros créditos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida com partes relacionadas)

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas e outras obrigações.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Esta é a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Foram classificados nessa categoria outras obrigações.

3.11. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

3.12. Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no exercício

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1o de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Empresa não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial. A Empresa está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa:

- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement); e
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	452	2.500
Bancos - conta corrente	20	10
Bancos - aplicações financeiras	4.789.773	664.799
Total	4.790.245	667.309

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em fundos DI e Certificados de Depósito Bancário, com liquidez diária, remunerados à taxa 75% a 102% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

5. Estoques

	2022	2021
Almoxarifado	693.162	-
Compra para entrega futura	242.095	-
Total	935.257	-

6. Tributos a recuperar

	2022	2021
PIS	439.801	-
Cofins	2.024.128	-
ICMS - CIAP	993.037	45.356
Outros tributos a recuperar	35.554	43
Total	3.492.520	45.399
Circulante	2.639.038	11.382
Não circulante	853.482	34.017

7. Imobilizado

Os saldos finais do imobilizado dos exercicios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são compostos da seguinte forma:

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2022		31/12/2021	
		Custo	Depreciação	Liquido	Liquido
Direito de uso (arrendamento mercantil)	33	947.001	(296.728)	650.273	472.560
Terrenos	-	6.202.144	-	6.202.144	-
Benfeitorias	-	379.529	(19.743)	359.787	-
Veiculos	-	1.428.143	(219.867)	1.208.276	-
Ferramentas	-	147.277	(6.357)	140.920	-
Jazidas	-	2.136.401	-	2.136.401	1.238.300
Máquinas e equipamentos	10	3.322.107	(55.184)	3.266.922	300.837
Móveis e utensílios	10	293.596	(14.098)	279.498	44.217
Obras civis	-	20.695.497	-	20.695.497	-
Imobilizado em andamento (adiantamentos)	-	4.016.375	-	4.016.375	6.177.119
Total		39.568.070	(611.977)	38.956.093	8.233.033

A movimentação dos saldos do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	8.233.033	454.904
Aquisições	31.363.640	7.825.107
Depreciação (ano)	(564.999)	(46.978)
Baixas	(75.581)	-
Saldo em 31 de dezembro	38.956.093	8.233.033

8. Intangível

Os saldos finais do intangível dos exercicios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são compostos da seguinte forma:

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2022		31/12/2021	
		Custo	Amortização acumulada	Liquido	Liquido
Direito de lavra (a)		1.669.294	-	1.669.294	1.669.294
Software	20	446.654	(3.726)	442.928	-
Direito de uso de marcas	-	-	-	-	2.382
Total		2.115.948	(3.726)	2.112.222	1.671.676

(a) Os direitos de lavra serão amortizados a partir de 2023 até o período final de exaustão da área.

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	1.671.676	2.121.676
Aquisições	446.654	-
Baixas	(2.382)	-
Depreciação (ano)	(3.726)	-
Baixas por alterações de critérios contábeis	-	(450.000)
Saldo em 31 de dezembro	2.112.222	1.671.676

9. Provisão para demandas judiciais

Provisão para riscos processuais cíveis	2022	2021
Total risco provável	-	-
Total risco possível	21.913	-
Total risco remoto	46.935	-
Total	68.847	-

10. Arrendamentos

A mensuração do passivo de arrendamento é composta pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento.

Ativo direito de uso	2022	2021
Terrenos	542.882	515.900
Imóveis	404.119	-
Total	947.001	515.900

Passivo de arrendamento	2022	2021
Terrenos	373.214	497.029
Imóveis	357.856	-
Total	731.070	497.029

A empresa reconheceu nas contas do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento conforme a seguir:

10.a. Direito de uso

Em 01 de janeiro de 2021	515.900
(+) Adições	(43.340)
(-) Depreciação direito de uso	472.560
Em 31 de dezembro de 2021	404.119
(+) Adições	26.982
(+) Correção ajuste IGPM	(253.388)
(-) Depreciação do direito de uso	650.273
Em 31 de dezembro de 2022	

WALD
B120

10.b. Passivo de arrendamento

	Arrendamento aluguéis
Em 01 de janeiro de 2021	-
(+) Adições	515.900
(+) Correção ajuste IGPM	36.144
(-) Ajuste despesas financeiras	4.985
(-) Pagamentos	(60.000)
Em 31 de dezembro de 2021	497.029
(+) Adições	441.606
(+) Correção ajuste IGPM	47.168
(+) Ajuste despesas financeiras	63.067
(-) Pagamentos	(317.800)
Em 31 de dezembro de 2022	731.070
Curto prazo	227.497
Longo prazo	503.573

10.c. Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

	2022	2021
Depreciação de Direitos de uso	253.388	64.470
Despesas financeiras (Ajuste a Valor Presente)	124.306	-
Total direito de uso reconhecido no resultado	377.694	64.470
Despesas ligadas a pagamentos de arrendamentos variáveis, não incluídos em passivos de arrendamentos	1.196.640	86.397
Total	1.574.334	150.867

11. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores nacionais	6.687.885	281.297
Total	6.687.885	281.297

12. Salários e obrigações trabalhistas

	2022	2021
INSS	249.050	20.393
FGTS	42.388	4.433
Férias e encargos	434.214	26.626
Total	725.652	51.452

13. Tributos a recolher

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social	-	239
Tributos retidos	201.518	73.331
Total	201.518	73.570

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre De Mendonca Wald. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C9E6-F4E9-B1CA-7EC5.

WALD
B 1 2

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021, totalmente subscrito e integralizado, é representado por quotas no valor de R\$1,00 (unidade de um real cada), estando assim dividido:

Acionista	2022	2021
Alexandre Mendonça Wald	24.965.723	2.019.164
Arnoldo Wald Filho	24.965.723	2.019.164
Total	49.931.446	4.038.328

14.2. Reserva de capital

Não houve constituição de reserva de capital em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

14.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Como a Empresa encontra-se em estágio pré-operacional, não destinou reserva em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

14.4. AFAC

O montante de 15.500.000 em 31 de dezembro de 2022 refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital, efetuado pelos acionistas, os quais possui expectativa de integralização no transcorrer de 2023.

Acionista	2022	2021
Alexandre Mendonça Wald	7.750.000	4.662.758
Arnoldo Wald Filho	7.750.000	4.828.559
Total	15.500.000	9.491.317

Distribuição de lucros

O contrato social da Empresa não estipula dividendos mínimos obrigatórios. A administração da Empresa não aprovou o pagamento de dividendos nos anos de 2022 e 2021 nem foi feita provisão de JSCP, devido aos prejuízos incorridos nos exercícios.

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre De Mendonca Wald.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C9E6-F4E9-B1CA-7EC5.

15. Despesas administrativas

A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	2022	2021
Despesas com pessoal	6.203.872	294.267
Serviços prestados	4.859.007	579.552
Despesas diversas	2.243.977	146.976
Honorários advocatícios	1.939.261	243.716
Depreciação	570.896	46.979
Marketing	23.917	8.600
Viagens	838.225	134.006
Aluguéis	1.196.640	86.397
Segurança e vigilância	903.324	41.410
Telecomunicações	20.319	1.085
Impostos e taxas	323.436	936
Total	19.122.874	1.583.924

16. Resultado financeiro

	2022	2021
Receita com aplicações financeiras	165.397	3.313
Outras receitas financeiras	20.218	102
Total	185.615	3.415

	2022	2021
Despesas financeiras	(69.865)	(1.850)
Juros arrendamento	(124.306)	(21.129)
Total	(194.171)	(22.979)
Resultado financeiro	(8.556)	(19.564)

17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

17.1. Gestão de riscos

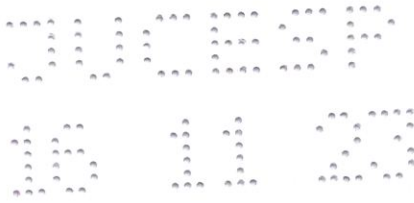
O programa de gestão de risco global da Empresa concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central, que identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela equipe de análise de crédito regional. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.



b) **Risco de taxa de câmbio**

A Empresa atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições em dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos registrados em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

c) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

A Empresa não tem ativos significativos em que incidam juros. A Empresa também não possui empréstimos de longo prazo captados no mercado sujeitos a flutuações nas taxas de juros.

d) **Risco de liquidez**

A Empresa monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a entidade tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido em contas bancárias.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento:

	Menos de 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	6.687.885	-	-	-	6.687.885
Passivos de arrendamento	227.497	385.469	118.104	-	731.070
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	281.297	-	-	-	281.297
Passivos de arrendamento	168.770	328.259	-	-	497.029

17.2. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, créditos e débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outros créditos e débitos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é definido como sendo o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes relacionadas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A Empresa não mantém contratos de instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

17.3. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar o capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

A gestão de capital da Empresa é realizada de forma centralizada pela tesouraria global, que incentiva a utilização do capital próprio para financiamento das atividades locais e monitora os índices de endividamento. A Empresa não possui financiamentos bancários ou empréstimos com partes relacionadas, desta maneira, não possui índices de alavancagem financeira.

WALD
15 11 20

18. Seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

19. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2023 a empresa iniciou a operação de extração e ramp-up das plantas (fixa e móvel) de beneficiamento de Minério de Ferro. Após a geração dos primeiros estoques de produto, em janeiro 2023 foram efetuadas as primeiras vendas de produto no mercado doméstico.

* * *



PROTÓCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C9E6-F4E9-B1CA-7EC5> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C9E6-F4E9-B1CA-7EC5



Hash do Documento

F089372573D0AE5274F08BA9648204DDF579CF3EEB3593F844362542747359CA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/10/2023 é(são) :

ALEXANDRE DE MENDONÇA WALD - 532.910.007-06 em
31/10/2023 15:00 UTC-03:00

Nome no certificado: Alexandre De Mendonca Wald

Tipo: Certificado Digital



WALD
FILHO
ANEXO III

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

ALEXANDRE DE MENDONÇA WALD

3A MINING S.A.

CNPJ/MF nº 14.482.711/0001-54

NIRE nº 35.300.414.365

Boletim de subscrição do aumento de capital no valor total de R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), representado pela emissão de 23.000.000 (vinte e três milhões) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data.

SUBSCRITOR	Nº DE AÇÕES SUBSCRITAS	VALOR SUBSCRITO R\$	DATA DA INTEGRALIZAÇÃO	FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO
ALEXANDRE DE MENDONÇA WALD CPF nº 532.910.007-06	23.000.000	R\$23.000.000,00	31.07.23	Moeda corrente do País

São Paulo- SP, 24 de outubro de 2023

ALEXANDRE DE MENDONÇA WALD

Mesa:

Alexandre de Mendonça Wald
Presidente da Mesa

Arnoldo Wald Filho
Secretário

ANEXO IV

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

ARNOLDO WALD FILHO

3A MINING S.A.

CNPJ/MF nº 14.482.711/0001-54

NIRE nº 35.300.414.365

Boletim de subscrição do aumento de capital no valor total de R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), representado pela emissão de 23.000.000 (vinte e três milhões) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data.

SUBSCRITOR	Nº DE AÇÕES SUBSCRITAS	VALOR SUBSCRITO R\$	DATA DA INTEGRALIZAÇÃ O	FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO
ARNOLDO WALD FILHO CPF nº 768.907.327-15	23.000.000	R\$23.000.000,00	31.07.23	Moeda corrente do País

São Paulo- SP, 24 de outubro de 2023

ARNOLDO WALD FILHO

Mesa:

Alexandre de Mendonça Wald
Presidente da Mesa

Arnoldo Wald Filho
Secretário



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DIREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



Declaração

Eu, ALEXANDRE DE MENDONCA WALD, portador da Cédula de Identidade nº 107872, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 532.910.007-06, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa 3A MINING S.A, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, 22ºA,CJ.221, Cidade Moncoes, SP, São Paulo, CEP 04571-900, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

ALEXANDRE DE MENDONCA WALD

RG: 107872

3A MINING S.A

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre De Mendonca Wald.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br/443> e utilize o código 4AC7-969D-94E2-AEEA.



Declaração

Eu, ALEXANDRE DE MENDONCA WALD, portador da Cédula de Identidade nº 107872, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 532.910.007-06, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa 3A MINING S.A, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, 22ºA,CJ.221, Cidade Moncoes, SP, São Paulo, CEP 04571-900, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

ALEXANDRE DE MENDONCA WALD

RG: 107872

3A MINING S.A

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre De Mendonca Wald.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://fizisign.com.br:443> e utilize o código 4A7C7-969D-9452-AEFA.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/4AC7-969D-94F2-AEFA> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4AC7-969D-94F2-AEFA



Hash do Documento

910DCF23C5D58E1D311BA78C3001266A3157F0EEF8FF8FBB7556B9B0799151B6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/11/2023 é(são) :

ALEXANDRE DE MENDONÇA WALD - 532.910.007-06 em
13/11/2023 11:31 UTC-03:00

Nome no certificado: Alexandre De Mendonca Wald

Tipo: Certificado Digital





CNPJ 14.482.711/0001-54	Razão Social 3A MINING S.A.	Data de Publicação 09/11/2023 16:33:10	Hash de Publicação 86569EDF015731697EBCF88D837A6741E6FD27DC
-----------------------------------	---------------------------------------	--	---

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (Ata AG)

Data de Início 01/11/2022	Data de Fim 01/11/2022	Consolidada -	Origem Participante-Upload
-------------------------------------	----------------------------------	-------------------------	--------------------------------------

Título
ATA AGOE 3A MINING S.A.

Descrição
ATA AGOE DE 01/11/2022 REGISTRADA EM 23/11/2022

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
3A MINING S.A.:14482711000154	14.482.711/0001-54	09/11/2023 16:33:10	Participante	Certificado Digital



CNPJ 14.482.711/0001-54 **Razão Social** 3A MINING S.A. **Data de Publicação** 09/11/2023 16:45:56 **Hash de Publicação** EB00B7C129543CD441CEBE79C9E57B23BBCCE393

Balanco Patrimonial (BP)

Data de Início 01/01/2022 **Data de Fim** 31/12/2022 **Consolidada** Não **Origem** SPED-ECD

Título
Balanco Patrimonial

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
Outro - Anexo	Demonstração dos Fluxos de Caixa	DEMONSTRACAO DO FLUXO DE CAIXA 2022
Notas Explicativas	Notas Explicativas	NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRACOES CONTABEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021
Outro - Anexo	Outros	DEMONSTRACAO DE LUCROS E PREJUIZOS ACUMULADOS 2022
Outro - Anexo	Outros	CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRACAO 2022

Assinantes

Nome do Signatário	CPF/CNPJ	Qualificação	Tipo	Número GRC	UF CRC	Signatário Responsável	Assinante Termo de Substituição ECD
3A MINING S.A.	14.482.711 /0001-54	Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)				Sim	Não
CARLOS EDUARDO OLIVEIRA RIBEIRO	00.097.796 /1900-34	CONTADOR		RS07209206	MT	Não	Não

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
3A MINING S.A.:14482711000154	14.482.711/0001-54	09/11/2023 16:45:56	Participante	Certificado Digital



CNPJ 14.482.711/0001-54	Razão Social 3A MINING S.A.	Data de Publicação 09/11/2023 16:47:34	Hash de Publicação 70E69211243AF21DD8284697F20B8DA82390A26D
-----------------------------------	---------------------------------------	--	---

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

Data de Início 01/01/2022	Data de Fim 31/12/2022	Consolidada Não	Origem SPED-ECD
-------------------------------------	----------------------------------	---------------------------	---------------------------

Título
Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
Notas Explicativas	Notas Explicativas	NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRACOES CONTABEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021
Outro - Anexo	Outros	DEMONSTRACAO DE LUCROS E PREJUIZOS ACUMULADOS 2022
Outro - Anexo	Outros	CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRACAO 2022
Outro - Anexo	Demonstração dos Fluxos de Caixa	DEMONSTRACAO DO FLUXO DE CAIXA 2022

Assinantes

Nome do Signatário	CPF/CNPJ	Qualificação	Tipo	Número GRC	UF CRC	Signatário Responsável	Assinante Termo de Substituição ECD
CARLOS EDUARDO OLIVEIRA RIBEIRO	00.097.796 /1900-34	CONTADOR		1RS07209206	MT	Não	Não
3A MINING S.A.	14.482.711 /0001-54	Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)		-	-	Sim	Não

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
3A MINING S.A.:14482711000154	14.482.711/0001-54	09/11/2023 16:47:34	Participante	Certificado Digital



CNPJ: 14.482.711/0001-54 Razão Social: 3A MINING S.A. Data de Publicação: 09/11/2023 16:46:32 Hash de Publicação: 303D86D723799ABEA6C6C88E0AC6F5476B808ECD

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Data de Início: 01/01/2022 **Data de Fim**: 31/12/2022 **Consolidada**: Não **Origem**: SPED-ECD

Título: Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
Notas Explicativas	Notas Explicativas	NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRACOES CONTABEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021
Outro - Anexo	Outros	CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRACAO 2022
Outro - Anexo	Outros	DEMONSTRACAO DE LUCROS E PREJUIZOS ACUMULADOS 2022
Outro - Anexo	Demonstração dos Fluxos de Caixa	DEMONSTRACAO DO FLUXO DE CAIXA 2022

Assinantes

Nome do Signatário	CPF/CNPJ	Qualificação	Tipo	Número CRC	UF CRC	Signatário Responsável	Assinante Termo de Substituição ECD
CARLOS EDUARDO OLIVEIRA RIBEIRO	00.097.796 /1900-34	CONTADOR		1RS07209206	MT	Não	Não
3A MINING S.A.	14.482.711 /0001-54	Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)		-	-	Sim	Não

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
3A MINING S.A.:14482711000154	14.482.711/0001-54	09/11/2023 16:46:32	Participante	Certificado Digital



CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
14.482.711/0001-54	3A MINING S.A.	09/11/2023 16:42:01	02E344F693BA7A449260CB0711F6E0EF3542770E

Demonstrações Contábeis Completas (DCC)

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
01/01/2022	31/12/2022	Não	Participante-Upload

Título
DEMONSTRACOES CONTABEIS

Descrição
BALANCO PATRIMONIAL, DRE E DEMAIS DEMONSTRACOES CONTABEIS

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
---------------	--------	-----------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
3A MINING S.A.:14482711000154	14432711/0001-54	09/11/2023 16:42:01	Participante	Certificado Digital